

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2011

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para determinar que o percentual do valor dos prêmios arrecadados com o DPVAT destinado a programas de prevenção de acidentes será retirado da parcela destinada às companhias seguradoras que operam com o DPVAT.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O art. 78 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 78. ....**

*Parágrafo único.* As companhias seguradoras que operam o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, de que trata a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, deverão repassar mensalmente ao Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito o percentual de cinco por cento do valor total do prêmio arrecadado, para aplicação exclusiva nos programas de que trata este artigo. (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, 45% do valor total arrecadado com prêmios em razão da contratação do Seguro Obrigatório DPVAT é destinado ao Fundo Nacional de Saúde (FNS). Esses recursos são repassados diretamente pela rede bancária àquele fundo e se destinam ao custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito.

Em vista da necessidade de se encontrar fontes adicionais de recursos para financiar as ações e serviços públicos de saúde, apresento à consideração dos nobres pares a proposta de ampliar a parcela daqueles prêmios que é atualmente destinada ao Fundo Nacional de Saúde.

Nesse sentido, este projeto objetiva aumentar a referida parcela de 45% para 50%, mediante a exclusão do percentual destinado ao custeio de programas de prevenção de acidentes, o qual, conforme disposto no art. 78 do Código de Trânsito Brasileiro em vigor, vem sendo retirado da parcela destinada à Seguridade Social.

Em contrapartida, o projeto prevê que a parcela de 5% para os programas de prevenção de acidentes passe a ser retirada do montante – hoje correspondente a 50% do total de prêmios arrecadado – atualmente destinado às seguradoras que operam o DPVAT.

Esse montante, administrado pelas seguradoras, destina-se ao ressarcimento dos acidentados das suas despesas pessoais com sinistros (assistência médica prestada fora do Sistema Único de Saúde) e ao pagamento de indenizações por morte e invalidez; à cobertura das despesas operacionais e administrativas das seguradoras, e à remuneração do capital dessas empresas.

Dessa forma – e como as despesas operacionais são incompressíveis – a proposição reduz o valor dos recursos a disposição para o pagamento das indenizações e a margem de lucro das empresas que operam o seguro e amplia em igual proporção a parcela destinada ao Fundo Nacional de Saúde.

Sala das sessões,

Senador **VITAL DO REGO**